

‘Transferência de renda instável agravou insegurança alimentar’

[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

O ‘Nexo’ conversou com Marcelo Neri sobre pobreza e fome no Brasil. Na avaliação do economista, decisões do governo deixaram país numa situação pior do que outras partes do mundo em meio à pandemia



HOMEM COME REFEIÇÃO RECEBIDA POR DOAÇÃO DEBAIXO DE VIADUTO NO RIO DE JANEIRO - FOTO: RICARDO MORAES/REUTERS - 24.JUN.2021

A pandemia piorou a situação da pobreza e da fome de forma geral no mundo. Mas o Brasil teve um desempenho aquém de outros países na área. A avaliação é do economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social (Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas).

De acordo com Neri, o quadro brasileiro de insegurança alimentar é preocupante e afeta principalmente mulheres e crianças de renda baixa. Ele é resultado da instabilidade do país – inclusive no campo das políticas públicas – e deve ter impactos severos de longo prazo.

O estudo “Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comparações Globais”, coordenado por Neri e publicado no final de maio de 2022, mostra dados da fome no país.

A pesquisa se baseia em informações do Gallup World Poll, instituição que desde 2006 compila dados referentes ao desenvolvimento humano no Brasil e outros cerca de 160 países.

A partir do processamento desses dados, o estudo mostra que a insegurança alimentar no Brasil atingiu em 2021 o maior número na série histórica. Essa insegurança é identificada quando, em algum momento nos últimos 12 meses, faltou dinheiro para alimentar a si mesmo ou a família.

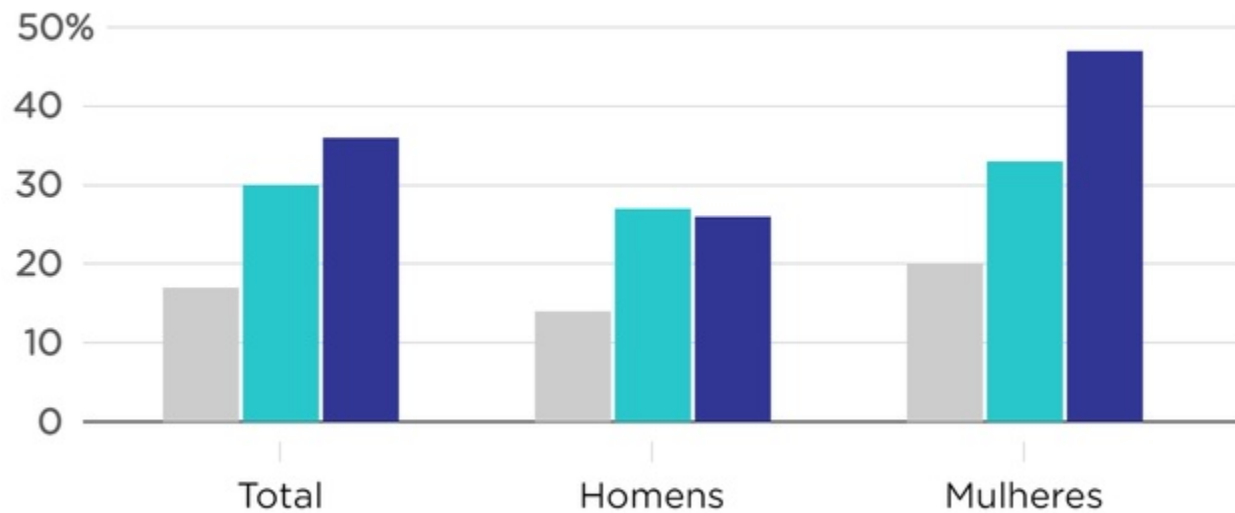
36% foi a parcela dos brasileiros com insegurança alimentar em 2021. A média global foi de 35%

Esse aumento da insegurança alimentar não é homogêneo. Ele é concentrado sobretudo na população de baixa renda e em mulheres. Os homens, aliás, até tiveram um pequeno recuo na insegurança alimentar em relação a 2019. O gráfico abaixo mostra o recorte de gênero da situação da fome no Brasil.

MULHERES E FOME

Trajetória da insegurança alimentar no Brasil

■ 2014 ■ 2019 ■ 2021



Fonte: FGV Social: "Insegurança Alimentar no Brasil: Pandemia, Tendências e Comp. Globais"

NEXO

Trajetória da insegurança alimentar no Brasil. Entre 2014 e 2021, subiu para todos os grupos. Mas entre homens houve leve recuo entre 2019 e 2021, enquanto a das mulheres subiu bastante.

Leia abaixo entrevista concedida pelo economista ao Nexo por ocasião do Dia Mundial da Segurança dos Alimentos nesta terça-feira (7).

Por que o Brasil ficou acima da média global da insegurança alimentar em 2021?

MARCELO NERI Essa é a primeira vez que acontece. Quando você compara exatamente os mesmos países, o Brasil deu um salto quatro vezes maior do que a média mundial. A pandemia é um grande desafio para todas as sociedades e essa comparação permite ver, em termos relativos, quão bem a gente está lidando com esse problema. E acho que os dados mostram que a resposta não é muito positiva.

Foi um aumento entre os mais pobres – o que preocupa, porque é o grupo já mais vulnerável – e entre as mulheres – o que preocupa bastante não só pela questão de gênero no presente, mas pelas perspectivas futuras.

O movimento de aumento da insegurança alimentar durante a pandemia afeta grupos mais vulneráveis. E a própria insegurança alimentar já tinha aumentado bastante no período anterior. Esse é justamente o problema. Porque quando chega a pandemia, a gente já está num quadro de vulnerabilidade, em termos de pobreza, de extrema pobreza e insegurança alimentar. É um choque sobre choque. De 2014 até 2019, a insegurança alimentar aumenta bastante.

Houve a grande recessão [de 2014 a 2016] e a escalada da desigualdade nos anos de 2015 até 2019. Uma parte dessa escalada da desigualdade foi por diminuição de benefícios médios de programas como o Bolsa Família. De outro [lado], nesse período pré-pandemia, aconteceu alguma coisa que continua no período de pandemia, que é o aumento do custo de vida dos pobres, mais alto do que a média. Essa recessão brasileira de 2015, com lenta retomada até 2019, nos mostra um período de inflação alta, com desemprego alto e inflação dos pobres mais alta.

Como as políticas públicas se inserem nesse quadro de aumento da insegurança alimentar?

MARCELO NERI Talvez a gente tenha feito as políticas de transferência de renda – que tínhamos uma excelente base no Brasil – de uma maneira um tanto quanto instável. Isso pode explicar o resultado.

Fomos bastante generosos no auxílio emergencial em 2020. Mas a gente saiu de um auxílio que em nove meses dava nove anos de Bolsa Família para uma interrupção do auxílio em 2021 [nos primeiros três meses]. Fomos do céu ao inferno muito rapidamente, isso tendo a pandemia como pano de fundo. De alguma forma, a política pública, em particular a política de combate à pobreza, está aí para suavizar flutuações. Talvez ela tenha exacerbado essas flutuações. Esse é um primeiro ponto.

Outro ponto para tentar entender esse quadro está na própria interrupção das aulas. A interrupção das aulas obrigou as mulheres a ficarem com as crianças, interrompeu um programa de insegurança alimentar muito importante, que é merenda escolar. E o Brasil, nesse ponto, estava fora da curva, o que é duplamente agravante porque é uma fase de constituição dessas crianças, deixa sequelas duras. Essa foi uma segunda falha de política possível.

O aumento da fome no Brasil esteve concentrado em mulheres e na população de baixa renda. Por que? MARCELO NERI Tem um caráter importante da pobreza brasileira que é: a pobreza brasileira, mesmo com Bolsa Família, Auxílio Brasil e semelhantes, é essencialmente infantil. A taxa de pobreza nas crianças é oito vezes maior que a dos idosos. É um grupo que é mais vulnerável. E a pandemia afetou esses grupos de uma maneira mais forte, com escolas fechadas.

Isso acabou gerando um estresse sobre as mulheres, a própria participação feminina no mercado de trabalho foi muito mais afetada. Isso em todas as partes, e não só no Brasil. A ocupação [emprego] feminina cai muito mais do que a dos homens, isso eu diria que é um fenômeno global.

Mas há fenômenos que são brasileiros. Essa questão das mulheres terem ficado ainda mais com as crianças, vis-a-vis aos homens, é uma coisa que a gente não observa em escala global. Em escala global, é verdade que a pandemia afetou as mulheres mais do que os homens. Mas no Brasil foi muito mais. Entre os homens a insegurança alimentar até diminuiu durante a pandemia. E a das mulheres aumentou 14 pontos.

O fato a ser destacado é: como é que a insegurança alimentar cresceu tanto e de uma maneira tão preocupante, já que afeta esses grupos mais vulneráveis – os mais pobres e as mulheres? As respostas são: as escolas ficaram fechadas, houve uma instabilidade de programas sociais, as mulheres tendem a ficar mais com as crianças no Brasil, e isso aumentou durante a pandemia.

Do ponto de vista da política pública, o que pode ser feito para reverter o quadro atual?

MARCELO NERI O Brasil tem muitos instrumentos. A gente tem que utilizar esses instrumentos da melhor forma possível. O Brasil foi até razoavelmente generoso em relação ao uso de programas de transferência de renda [na pandemia]. O Auxílio Brasil é um exemplo – ele aumentou o volume de recursos na comparação com o Bolsa Família, embora 20 milhões de pessoas tenham saído do auxílio emergencial sem terem entrado no Auxílio Brasil. Prospectivamente, isso preocupa. Essas pessoas ficaram sem benefício e isso vai afetar a insegurança alimentar desses grupos.

Mas o próprio desenho do Auxílio Brasil tem um certo retrocesso. Ele tem um piso de R\$ 400 por família, independente do tamanho da família e independente do grau de pobreza da família. Uma família de uma

mulher com quatro crianças ou uma família de só um adulto recebe basicamente os mesmos R\$ 400. Isso não é só uma coisa que a gente pode fazer melhor, como a gente fazia melhor [antes]. Tem um certo desajuste no desenho desse programa. E isso é totalmente evitável. As famílias do Auxílio Brasil estão cadastradas no Cadastro Único [sistema do governo com famílias em situação de pobreza e extrema do pobreza]. Sabemos muita coisa sobre essas famílias. E essa informação não está sendo usada da melhor forma.

Isso é uma parte importante. A outra parte, a gente até a gente tem uma visão positiva, que é de ver uma volta das crianças à escola, das crianças mais novas em particular. As crianças voltarem à escola pode ser importante para [reduzir] a insegurança alimentar.

E fora isso, o Brasil tinha uma certa tradição de programas de aquisição de alimentos, programas de redução de desperdícios de alimentos, programas de agricultura familiar. E esse programas foram mais ou menos diminuídos nos últimos anos.

Quais os efeitos de longo prazo do crescimento da insegurança alimentar no país?

MARCELO NERI Em primeiro lugar, é importante ver que quando ela acontece na primeira infância, gera esse efeito de longo prazo tanto sobre desenvolvimento físico como mental das crianças. Mas não é só a desnutrição infantil. As estatísticas mostram que quem ficou mais em casa em isolamento foram as crianças, não os idosos. Então não é só o efeito da desnutrição, mas é também que as crianças na fase de aprender a ler e escrever foram as mais afetadas. Há uma ligação entre desnutrição infantil e evasão escolar infantil – sem falar na redução do tempo de escola. Essa “geração covid” – essas crianças que estavam nos primeiros anos de vida durante a pandemia – merece um cuidado maior, seja pelos efeitos da desnutrição, seja pelos problemas de educação.

Acho que também pode deixar efeito sobre as mulheres, cicatrizes na atuação trabalhista das mulheres. As mulheres ficaram sobrecarregadas, e elas vinham conseguindo diminuir a diferença em relação aos homens. Então essa volta das mulheres ao mercado de trabalho, a pandemia pode ter deixado cicatrizes.

Mas eu diria que é um problema de pobreza. Estamos acostumados a pensar em termos de prosperidade e em termos de desigualdade. E em ambas, o Brasil apresenta um retrospecto problemático. Mas o Brasil também é um país de muita instabilidade. E o que essa estatística [da insegurança alimentar] mostra é o pior tipo de instabilidade: quando falta dinheiro para comprar a coisa mais básica, que é a alimentação para a família.

O Brasil é um país que já apresentou muita inflação e foi recordista mundial de inflação um certo momento da sua história [anos 1980 e 1990]. É como se a instabilidade voltasse e uma parte dessa instabilidade foi produzida por políticas públicas. Ela não só poderia ter sido evitada como talvez ela tenha sido acirrada por conta dessa oscilação dos auxílios, desse efeito das escolas e assim por diante.

Quais os fatores internos que podem impactar o quadro da fome no Brasil? E externos?

MARCELO NERI Entre os fatores internos, tem uma boa notícia, se você olhar para o mercado de trabalho, que é que a ocupação e o desemprego voltaram a níveis abaixo do que estavam na pré-pandemia. Mas a renda per capita do trabalho – que pega esses efeitos de desemprego e de ocupação, mas também pega o efeito de informalidade e de salários – está no ponto mais baixo da série. Então não houve uma recuperação plena da renda do trabalho. Quando se faz um resumo da ópera trabalhista, ainda estamos num ponto bastante ruim.

Isso porque a inflação está alta, e a inflação que está mais alta é a inflação dos pobres. O que de alguma forma foi acelerado com a guerra na Ucrânia. Tem também o choque climático global que tem afetado produtores em áreas chave do mundo todo. Não é só a guerra que está acontecendo agora. Os preços internacionais de alimentos nunca estiveram tão altos quanto agora, é um recorde histórico.

E tem uma questão prospectiva. Não só a inflação dos pobres, mas a inflação em geral está alta. Então o Banco Central vai ter que continuar aumentando a taxa de juros, e quando ele faz isso – a própria grande

recessão de 2015 e 2016 nos mostra –, o desemprego entre os mais pobres aumenta muito. Então temos esse problema prospectivo de estar com a inflação alta, o desemprego alto, ambos mais altos entre os mais pobres.

E quais são as perspectivas para a insegurança alimentar no Brasil?

MARCELO NERI Acho que são preocupantes em 2022, mas diria que ainda mais [preocupantes] em 2023. Porque 2022, de alguma forma, tem um certo ciclo político que faz com que as contas sejam transferidas para 2023.

Por exemplo, foi anunciado há pouco tempo que as pessoas podem pegar empréstimo consignado em cima de benefícios do Auxílio Brasil, do BPC, que são programas de combate à pobreza. De alguma forma, por esse mecanismo, você consegue aliviar a questão orçamentária nesse período. Só que, com essa taxa de juros [alta], no ano que vem, vem uma conta pesada. E esse é só um exemplo.

Tem um ciclo político que existe no Brasil muito claramente já há 40 anos, e que tende de alguma forma a talvez anestesiá um pouco dos efeitos em 2022. Mas é uma anestesia temporária. E em 2023, talvez por esses fatores cíclicos, haja uma manutenção de pelo menos parte desse quadro.